

A MULHER NORMAL: ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DO DISCURSO MÉDICO-MENTAL NAS REVISTAS *A MAÇÃ* E *REVISTA FEMININA*

PRISCILA CÉSPEDE CUPELLO*

Este artigo problematiza o discurso médico-mental acerca da *normalidade* feminina nas décadas de 1920 e 1930 no Distrito Federal. Nosso interesse consiste em investigar em que medida a divulgação científica do conceito de “mulher normal” atingiu hegemonia frente a outros saberes na sociedade. Nesse sentido, investigamos se é possível – e o quanto é possível – apontar para uma *medicalização*¹ em ação no período.

Para tanto, recorreremos à análise de periódicos e revistas que circulavam no Brasil na década de 1920. Tal escolha deveu-se à compreensão de que estes veículos de comunicação instituíam um “papel modelar” de identidade de gênero, além de exercerem um tremendo impacto como formadores de opiniões (Del Priore, 2006, p. 283). Desta forma, trabalhamos por um lado, com dois periódicos científicos, especializados em medicina mental: os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1947) e o *Boletim de Eugenia* (1929-1933); e por outro lado, investigamos duas revistas leigas: a *Revista Feminina* (1914-1936) e a *A Maçã* (1923-1929).

O movimento médico em prol da prevenção das doenças mentais foi institucionalizado pelo decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927, que tornou de competência da *Assistência a Psicopatas* os cuidados com a população de alienados – os patológicos – e com aquela em risco de se tornarem alienados – os anormais, cujos perfis eram caracterizados como “alienados ou não” (Brasil, 23/05/ 1927).²

Este trabalho vale-se da problemática levantada por Canguilhem (1990) acerca das distinções dos conceitos de *normal*, *anormal* e *patológico*. Segundo Canguilhem, o que é comumente considerado *normal* teria maior incidência na sociedade quando comparado ao que é considerado anormal ou patológico (Canguilhem, 1990, p. 212). Isso se daria porque,

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde- Fiocruz.

¹ O conceito de medicalização da sociedade foi usado por muitos filósofos e historiadores para descrever o processo no qual as políticas de saúde pública foram adentrando o universo social e normatizando as condutas sociais. Tais políticas eram embasadas pelos preceitos científicos, que estavam cada vez mais se afirmando como verdade no campo acadêmico e social (Caponi, 2009). O que gostaríamos de ressaltar com a questão da medicalização da sociedade é a abrangência que os saberes científicos realmente adentram a sociedade e normatizam as pessoas.

² A legislação de 1903 assinala que alienado é o “individuo que, por moléstia congênita ou adquirida, compromete a ordem pública ou a segurança das pessoas” (*apud* Cunha, 1986, p. 46).

para o filósofo, a vida se constitui enquanto uma normatividade. Assim, haveria uma norma que regularia a existência e evolução dos organismos unicelulares até os pluricelulares. Em função disso, não existiria vida sem um valor próprio natural dos seres vivos. Tal valor desembocaria no estado normal do ser vivo, o estado habitual dos órgãos, o qual a medicina, por meio de intervenção, desejaria manter eterno. Conforme o filósofo afirma, “em medicina, o estado normal do corpo é o estado que se deseja restabelecer” (Canguilhem, 1990, p. 96). A norma, portanto, passa a ser proposta como a saúde, o bem, o desejável, a vida.

Para permitir analisar as diferentes fontes selecionadas, utilizamos o conceito de *apropriação* de Roger Chartier (2002), a fim de inquirir as formas pelas quais o discurso médico da normalidade feminina perpassou e foi apropriado por leigos da sociedade brasileira. Conforme salientou Roger Chartier: “a apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (Chartier, 2002, p. 68).

O questionamento sobre o tipo de normalidade divulgado às mulheres por esses veículos midiáticos levanta a necessidade de conceituar e explorar algumas ideias, como a de gênero e a formação das identidades femininas, além do próprio conceito de normalidade, previamente introduzido. Nesse sentido, a fim de explicar acerca do conceito de gênero, elegeu-se descrevê-lo tal como definiu Joan Wallach Scott (1994), isto é, como um saber que estabelece significados para as diferenças corporais percebidas, sendo, portanto, uma categoria histórica que pode ser usada para analisar as relações sociais.

A eleição do gênero como categoria de análise histórica parte da compreensão de que sexo e gêneros são construções históricas, sociais e culturais e de que ele é um elemento fundamental para a investigação histórica (Scott, 1994; Rago, 1997). Segundo Rago (1997), a categoria de gênero na historiografia foi peça fundamental para o questionamento acerca da dessexualização analítica da história. Portanto, inserir as mulheres na história provoca uma ressignificação do que tradicionalmente se considera relevante e incide sobre a complexidade dos fenômenos sociais e históricos.

Logo, uma das questões pertinentes para a abordagem scottiana é a noção de *descontinuidade*, apropriada dos trabalhos de Foucault e Derrida. Para Scott (1994), as representações de gênero têm uma historicidade na medida em que a categoria “homem” e “mulher” não são universais, mas construções contingenciais de um referido momento sociocultural e interligadas às redes de saberes e poderes locais. Deste modo, verificaremos de que modo esses conceitos apareceram nas fontes selecionadas.

Abrindo os Arquivos de Fontes:

O periódico *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* foi lançado em 1925, sendo instituído como o “órgão oficial da *Liga Brasileira de Higiene Mental*”.³ Logo após seu lançamento, a *Liga* passou por dificuldades financeiras, que ocasionou a interrupção das publicações dos *Arquivos* por três anos consecutivos (1926, 1927, 1928). Somente em outubro de 1929, com a *Liga* financeiramente restabelecida, é que a publicação do periódico foi retomada. Este periódico tinha maior circularidade dentro do grupo de médicos higienistas mentais do período.

O *Boletim de Eugenia* foi fundado no ano de 1929 pelo mais conhecido eugenista brasileiro, Renato Kehl (1889-1974). O *Boletim* foi edificado com os recursos financeiros do próprio Kehl. De acordo com o historiador Vanderlei Souza (2006), Kehl teria se inspirado em alguns jornais alemães que divulgavam os preceitos da eugenia, com os quais mantivera contato durante sua viagem à Europa.

A *Revista Feminina* foi escrita, editada e dirigida por Virgilina de Souza Salles e tinha o público feminino dessas camadas sociais também como alvo. Depois da morte da autora, seu marido e filhos ficaram encarregados de continuar com a publicação mensal da revista. Já a *A Maçã* era uma revista quinzenal cuja fundação ocorreu em 11 de fevereiro de 1922 pelo jornalista, crítico, poeta, contista e memorialista Humberto de Campos (1886-1934).

Os periódicos científicos – *Boletim de Eugenia* e *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* – tinham maior circularidade no meio médico de higienistas mentais e eugenistas brasileiros; já as duas revistas leigas – *A Maçã* e *Revista Feminina* tinham maior quantidade de tiragens e eram amplamente lidas por pessoas pertencentes, principalmente, as camadas altas e médias da sociedade.

Representações do feminino em revistas leigas e periódicos científicos:

Nas fontes médicas, as mulheres eram reconhecidas como a educadora das proles e também consideradas a grande coadjuvante do projeto de modernização da sociedade (Costa, 1983), pois além de educar os futuros cidadãos brasileiros era compreendida como biologicamente responsável por “75% da determinação [biológica] sobre a constituição da

³ O editorial de outubro de 1929 declara os *Arquivos* “órgão oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental” e informa que a Liga está, desse modo, concretizando sua “grande e nobre missão” de elaborar um “órgão de doutrina e de combate (...) por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideais de higiene mental e eugenia” In: ‘Editorial. *Arquivos* 1929, II, 1, p.1.

prole, ao passo que a influência do homem seria apenas de 25%” (Kehl *apud* Souza, 2006, p. 173). De acordo com Renato Kehl, seriam as mulheres “fortes que fazem uma raça forte; - são as mulheres belas que garantem a beleza de uma raça forte” (Kehl, 1925, p. 77). Por isso, as características fenotípicas e genotípicas da futura mãe – sua beleza, a integridade de seu caráter e sua inteligência (Kehl, 1925, pp.88-89) – passaram a ser consideradas de suma importância para garantir a produção de uma prole saudável.

Devido a importância feminina para a educação e criação das proles saudáveis, os médicos-mentais salientavam que a “esposa-mãe” era o “tipo completo de mulher normal” (Porto-Carrero, 1933, p. 91) e a “esposa ideal” seria o “arcanjo solícito e sentimental” de constituição “branda, submissa e amorosa” (Austregésilo, 1938, p. 109). A mulher foi por eles concebida como a “força do lar, a vigilante, a espiã avançada e o anjo de guarda da família” (idem). Como contraponto a este modelo de normalidade feminina, surgia então o fantasma da “emancipação da mulher”, a “cooperação desta no trabalho fora do lar” e o “divórcio” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 90), capazes de suscitar “degeneração nervosa e mental” da mulher (Austregésilo, 1938, p. 109).

O médico e psiquiatra Alfredo de Britto descreveu algumas das tipificações referentes à "mulher normal", seriam elas: a “mulher-mãe”, “mulher-professora”, “mulher-noiva” e “mulher-esposa” (Britto, *Arquivos*, 1930, III, 6, p. 205).

Tal como os médicos, nas revistas leigas seus escritores também debatiam acerca dos novos padrões de sociabilidade encontrados nas cidades brasileiras. A revista *A Maçã* valia-se das crônicas, blagues e caricaturas para debater questões que espelhavam verossimilhanças com a vida social do Brasil da década de 1920, tal como a crônica da “tentadora” Mariazinha, que narra a história da personagem que vai ao “Banco de Hipotecas e Contratos Rurais” se encontrar com o banqueiro Bernardo Corrêa Lopes para pedir-lhe uma vaga de emprego para seu marido que, segundo ela, “não tinha coragem de pedir a ninguém uma colocação”. (Morelli, *A Maçã*, 07/02/1925, III, 157, s/p). Nesta crônica de Giovanni Morelli desenvolve-se com a conversa entre o “Capitalista” e Mariazinha:

–Poder, posso; mas não é tão fácil, como parece. Tenho amigos na diretoria, há uma comissão fiscal, de modo que se torna, se não impossível, pelo menos um pouco difícil.

–mas o senhor querendo... – aventurou Mariazinha.

Bernardo Corrêa fez um gesto de vaidade satisfeita, balançou-se devagar na cadeira de mola, e prometeu, num sorriso de homem poderoso:

–Bom, como a senhora confia tanto em mim, eu vou fazer uma coisa: o seu marido será nomeado, no princípio do mês, ajudante de tesoureiro. Está bem assim?

–Oh, como o senhor é bom! – Exclamou a moça, pondo-se de pé, e segurando com ambas as mãos a mão áspera, mas bem tratada, do capitalista. E apertou-lhe os dedos fortes, dando-lhe ao mesmo tempo, o número do seu telefone, para a devida comunicação” (Morelli, *A Maçã*, 07/02/1925, III, 157, s/p).

A crônica termina com o autor afirmando que, dias depois, quem passasse na porta da residência de Bernardo Corrêa (O Capitalista), podia ouvir os barulhos suaves de beijos que vinham de sua residência.

As crônicas contidas na revista *A Maçã* retratavam homens e mulheres ambiciosos e interesseiros, como as mulheres que se casam por dinheiro; homens humilhados ou rejeitados por suas mulheres; e sexo em troca de *status* social e favores financeiros. Nesse contexto, a figura do desempregado aparece repetidamente nas crônicas da revista ocupando o lugar do fracasso, da impotência masculina e da vergonha social. Assim, o homem *normal* é o homem de posses, enquanto que a inadequação social se situa na falência financeira, que deve ser evitada a todo custo, nem que para isso fosse necessária a traição e a venda de *favores*. Já a “mulher normal” seria a interesseira que é um produto desta sociedade corrompida pelos valores burgueses capitalistas.

Já na *Revista Feminina*, quando se perguntou para a norte-americana e campeã mundial de tênis Helen Wills⁴ sobre quem seria a mulher moderna brasileira da década de 1930, a tenista destacou três tipos “novos” de mulheres. Seriam eles: la 'garçonne', a mulher esportista e a mulher que trabalha.

A "garçonne" seria a mulher que almejaria, constantemente, “romper todas as relações com a ideologia antiga”. E para Wills, esse tipo de mulher apresentaria um comportamento derivado da instabilidade provocada pelo pós-guerra, que ela acreditava ser um “tipo transitório” (‘Entrevista com Helen Willis’, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/pg).

Segundo Laudaes, (2010, s/p), "La garçonne" foi como ficou conhecido o estilo de cabelo liso, curto e com franjinha surgido depois da Primeira Guerra Mundial, quando as mulheres tiveram que adotar um corte mais prático devido a falta de cosméticos. Segundo a autora, o corte ganhou destaque, tornando-se um sinônimo de modelo de mulher moderna, principalmente, depois do lançamento do livro *La garçonne*, de Victor Margueritte, publicado em 1922, no qual a heroína Monique Lerbier, além de cortar o cabelo curto como o dos homens, também engravidou e teve um filho sem se casar. Na capa do livro, Monique

⁴ Helen Wills Moody Roark (1905-1998) *tenista norte-americana, escritora e artista plástica*. Foi uma expoente feminina ao se tornar a primeira grande campeã do tênis mundial, vencendo 19 vezes torneios de *Grand Slam*, além de ter ganho 2 medalhas de ouro olímpicas nos jogos de *Paris 1924*. (*Biografia Helen Wills*, 2013).

Lerbier foi ilustrada com cabelos curtos e usando roupas tipicamente masculinas – camisa social e gravata.

Entretanto, tenista Helen Wills se posiciona contra esse tipo de feminismo, valorizando a manutenção de papéis sociais tipicamente femininos, considerados por ela como os pilares da família e do casamento, que, segundo ela, encontraria sua base no afeto humano. Sobre isso, a tenista assevera ainda o seguinte:

“afeto humano (...) é essa a única causa pela qual tem podido resistir até o presente a todas as instituições humanas (...) O casamento é o resultado de um lento desenvolvimento, e a sua existência milenária demonstra o seu valor (...) É inexato que o homem e a mulher modernos não possam ser bons esposos. A história desmente essa tese. O casamento desenvolve-se com a civilização. (...) A cultura e a civilização encontram-se em plena harmonia com o casamento” (‘Entrevista com Helen Wills’, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/pg).

O segundo tipo de mulher moderna por ela apresentado seria a “mulher de esporte”, sendo esse “um tipo muito sadio, que muito favorecerá o desenvolvimento da humanidade”. Já o terceiro tipo seria o da “mulher que trabalha”:

“Esse é o tipo que merece todo o nosso reconhecimento e podemos comprovar que ela é na verdade, em cada domínio da vida, igual aos homens. Inúmeras vezes tenho falado a grandes banqueiros, a industriais, a jornalistas, comerciantes e todos eles têm-me dito que as mulheres trabalham com a mesma eficiência que os homens. E se levarmos em conta os diversos domínios das ciências ou da vida prática, poderemos comprovar que as mulheres sempre podem conquistar o lugar que merecem. No que diz respeito à tese de que a mulher que trabalha não pode ser boa esposa e boa mãe, acho que isso é falso. Pelo contrário, uma mulher que trabalha para viver pode e deve compreender o trabalho de seu marido e criar o seu filho de forma a torná-lo também um bom trabalhador. As mulheres que trabalham conhecem melhor a vida, e, portanto, podem ser sempre um auxílio de sua família” (‘Entrevista com Helen Wills’, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/pg).

Portanto, para disseminar os modelos de "mulher moderna" balizados pela *Revista Feminina*, esta se valia de mulheres importantes, tanto nas artes quanto nos esportes, que pudessem servir de referência para suas leitoras. Isso implica em dizer que os modelos ideais de mulher incluíam aquelas que trabalhavam e/ou praticavam esportes, sem, contudo, deixar de lado seu papel social considerado como o mais importante: o casamento e a família.

Considerações finais:

Na análise da *Revista Feminina* deparamo-nos com representações de feminino mais próximas dos modelos propostos pela higiene mental e pela eugenia. Em ambas desfilavam, com frequência, o discurso conservador acerca da valorização do trabalho feminino dentro do espaço doméstico, da maternidade consciente, com ênfase na educação das proles, assim como do lugar da esposa muito bem delimitado pela responsabilidade com o lar e com a harmonia familiar. Além disso, a revista tratava da importância feminina como gerente dos gastos da casa para a maior felicidade do casal (*Rev. Fem.*, 01/1915, p. 4), o que parece estar apoiado nas propostas de alguns médicos, como, por exemplo, Henrique Roxo, para quem "uma vida de constantes dificuldades financeiras, de desajuizados domésticos diários, de trabalho excessivo sem compensador repouso imprescindível, condicionará uma susceptibilidade psicopática, quiçá irremediável" (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.5).

Entretanto, no virar das páginas da *Revista Feminina* pudemos perceber que aquilo que, inicialmente, pareceria um sintoma irrefutável do processo de medicalização da sociedade, estava também apoiado em valores da moral religiosa hegemônica da época, a ponto do próprio bispo "abençoar" todos os números da revista em suas capas e considerá-la um veículo exímio de divulgação da moral cristã (*Rev. Fem.*, 01/1925, s/pg). Dessa maneira, uma das representações frequentes da boa mulher na *Revista Feminina* era a mulher burguesa, educada, mas também obediente à moral católica.

Já na revista *A Maçã* comparece com frequência a representação de mulher pecadora por excelência, ardilosa e eminentemente anti-civilizadora, nos termos da higiene mental. A Eva moderna, tão frequente nas páginas da revista eram interesseiras, aproveitadoras e fútil, além de só se interessarem por bens materiais. A curva normal das mulheres cariocas, ao contrário da bondade natural esperada pelos médicos mentais (Austregésilo, 1938, p. 109) seriam a das interesseiras e ardilosas.

Podemos afirmar que se o discurso advindo da psiquiatria produziu efeitos de verdade no interior do campo científico, delineando ali padrões bem definidos de normalidade para os gêneros, por outro lado, seu reconhecimento social como verdade universal naturalizada, atemporal e aproblemática era bastante limitado. Desse modo, a expectativa frustrada dos médicos mentais de que a população viesse a seguir regras e normas propugnadas por suas campanhas profiláticas e seus modelos de normalização científica, não necessariamente integrados aos modos de viver da população, nos mostrou a necessidade de relativizar a eficácia da penetração dos saberes médicos nos grupos sociais analisados.

Portanto, verificamos que o discurso de normalidade advindo da psiquiatria, da higiene mental e da eugenia era mais um dos que circulavam nas esferas sociais da cidade do Rio de Janeiro das décadas de 1920 e 1930. Sendo assim, não encontramos evidências de que este discurso fosse hegemônico e/ou vitorioso, de modo que adentrasse de forma vertical e autoritária os diferentes espaços sociais.

Referências Bibliográficas:

Fontes Primárias:

- ‘Editorial’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental** 1929, ano II, n.1, p.1.
- ‘Entrevista com Helen Wills Campeã mundial de tênis’. *Vida Feminina: Artes, Ciências, Letras. A mulher do esporte e do Trabalho. Revista Feminina.* Revista Mensal, Janeiro de 1930, ano XVI, n. 188, s/pg.
- AUSTREGÉSILO, Antônio. **Perfil da mulher brasileira**: esboço acerca do feminismo no Brasil. Ed. Guanabara, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1938.
- BRASIL. **Decreto n. 17805 de 23/05/1927.** In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=43726&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Consultado em 04/10/2011.
- BRITTO, Alfredo. O alcoolismo e a Mulher. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental.** 1930, Ano III, n. 6, pp. 204-205.
- KEHL, Renato. **Como escolher uma boa esposa.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.
- MORELLI, Giovanni. Nomeação. **Revista A Maçã.** 7 de Fevereiro de 1925. ano III, n. 157, s/p.
- PORTO-CARRERO, Julio. O Exame Pré-nupcial como fator Eugênico. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental.** 1933, ano VI, n. 2, pp.87-94.
- Revista Feminina.** A Luta Moderna. Revista Mensal, Janeiro de 1915, ano II, n. 11, p. 4.
- ROXO, Henrique. Higiene mental. **Arquivos Brasileiros de higiene Mental.** 1925, ano I, n. 2, pp. 1-9.

Fontes secundárias:

- Biografia de Helen Wills Moody Roark. In: **International Tennis Hall of Fame & Museum.** <http://www.tennisfame.com/hall-of-famers/helen-wills-moody-roark>. Consultado em 09/01/2013.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis.** 2009, vol.19, n.2, pp. 529-549.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia.** A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo.** Juquery, a história de um asilo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

- LAUDARES, Maria Thereza. *Ele é um clássico: a história do tailleur*. Finíssimo - Brasília na Moda. 2010. In: <http://finissimo.com.br/etiqueta/2010/05/12/ele-e-um-classico-a-historia-do-tailleur-parte-3/>. Consultado em 18/02/2013.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil 1890-1930. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- SCOTT, Joan Wallach. “Prefácio a Gender and Politics of History” In: **Cadernos pagu: desacordos, desamores e diferenças**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1994, v.3, pp.11-27.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica Como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.